

Comissão Central de Pós- Graduação CCPG



Ata 425ª Reunião Ordinária

09/04/2025

Sala do CONSU

ATA DA QUADRIGENTÉSIMA VIGÉSIMA QUINTA (425ª) REUNIÃO DA COMISSÃO CENTRAL DE PÓS-GRADUAÇÃO. Aos nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, na Sala de Reuniões do Conselho Universitário (CONSU), na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, reuniu-se a Comissão Central de Pós-Graduação (CCPG), sob a presidência da Professora Doutora **Raquel Meneguello** e com o comparecimento dos seguintes Membros: Alexandra Christine Helena Frankland Sawaya (FCF), Angélica Aparecida de Toledo (Representante Discente Titular), Ângelo José Fernandes (IA), Carlos Henrique Inacio Ramos (IQ), Carolina de Lima Gallina (Representante Discente Titular), Claudio Chrysostomo Werneck (IB), Daniel Albiero (FEAGRI), José Guilherme Cecatti (FCM), Liliana de Oliveira Rocha (FEA), Márcia Azevedo de Abreu (IEL), Marco Lucio Bittencourt (FEM), Mauro Cardoso Simões (FCA), Melissa Gurgel Adeodato Vieira (FEQ), Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH), Orlando Luis Goulart Peres (IFGW), Paulo Sérgio Fracalanza (IE), Raul Reis Amorim (IG), Tiago Zenker Gireli (FECFAU) e Valentim Adelino Ricardo Barão (FOP). Justificaram ausência Prof. Enelton Fagnani (Coordenador CPG/FT), Prof. Plamen Emilov Kochloukov (Coordenador CPG/IMECC), Profa. Cristiane Machado (Coordenador CPG/FE), Sra. Rebecca Rozas (Representante discente suplente – IFCH), Sra. Cassandra Justina Souza Maia (Representante discente titular – FEA), Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto (Representante discente titular – FEEC), Sr. Lailson Oliveira de Sousa (Representante discente suplente – FEA) e Profa. Dra. Ângela Maria Moraes (Assessora PRP). Estiveram presentes Profa. Luciana de Lione Melo substituindo a Profa. Renata Cristina Gasparino (Coordenador CPG/FEN), Profa. Mara Patrícia Traina Chacon-Mikahil substituindo a Profa. Lígia de Moraes Antunes Correa (Coordenadora CPG/FEF) e Prof. André Santanché substituindo o Prof. Luiz Fernando Bittencourt (Coordenador CPG/IC), Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG), o Prof. Elias Basile Tambourgi (Assessor PRPG), o Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (DAC), a Sra. Cristina Ferreira de Souza (Assessora de Gabinete da PRPG), a Sra. Isabela Geanfrancesco Girotto (Diretoria Acadêmica da PRPG) e a Sra. Juliana Cristina Barandão (Assistente Técnica da CCPG). Havendo número legal, a **Sra. Presidente** deu início à reunião. Cumprimentou a todos, informou as substituições e justificativas de ausências. Em seguida, colocou em discussão a Ata da 424ª Reunião Ordinária da Comissão Central de Pós-Graduação (CCPG),

realizada em 12 de março de 2025. Não havendo nenhuma manifestação, colocou a referida Ata para apreciação do plenário, a qual foi aprovada com quatro (4) abstenções. Entrando na Ordem do Dia, informou que a mesa destacava o item 4A. Consultou o plenário sobre a existência de outros destaques. Não havendo, a Sra. Presidente submeteu à votação os demais itens não destacados da Ordem do Dia, os quais foram aprovados por unanimidade. **ORDEM DO DIA:** ITEM 1. CRIAÇÃO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES PARA QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR (PCI) DE MESTRADO INSTITUCIONAL (MINTER) ENTRE A UNICAMP (FCA) PROGRAMA ADMINISTRAÇÃO E A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS (UNEAL). PROC. Nº 36-P-29646/2024 (d). FCA – Fls. 6 e 7. (Deliberação CCPG Nº 30/2025). ITEM 2. CRIAÇÃO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES PARA QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR (PCI) DE DOUTORADO INSTITUCIONAL (DINTER) ENTRE A UNICAMP (FCM) PROGRAMA FARMACOLOGIA E A UNIVERSIDADE EVANGÉLICA DE GOIÁS (UniEVANGÉLICA). PROC. Nº 02-P-40248/2023 (d). FCM – Fls. 8 a 10. (Deliberação CCPG Nº 31/2025). ITEM 3. CERTIFICADO DE ESPECIALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM QUALIDADE – SR. ARCÍLIO ANTÔNIO DE SOUZA FILHO. PROTOCOLO SIGA e655163/2024. IMECC – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 11 a 18. (Deliberação CCPG Nº 32/2025). ITEM 4. b) ACORDO DE COTUTELA A SER FIRMADO ENTRE A UNICAMP (FCM) PROGRAMA DE SAÚDE INTERDISCIPLINARIEDADE E REABILITAÇÃO E A UNIVERSITÉ CÔTE D’AZUR (FRANÇA) - SRA. DENISE LEO DE OLIVEIRA BESSA – FCM. PROC. 02-P-43487/2024 (d). FCM - Parecer favorável exarado pelo Prof. Dr. Elias Basile Tambourgi (Assessor da PRPG). Fls. 36 a 57. (Deliberação CCPG Nº 34/2025). c) ACORDO DE COTUTELA A SER FIRMADO ENTRE A UNICAMP (FOP) PROGRAMA DE CLÍNICA ODONTOLÓGICA E A L’ÉCOLE NATIONALE SUPÉRIEURE DES MINES DE SAINT-ÉTIENNE (FRANÇA) - SR. JOÃO PEDRO DOS SANTOS SILVA – FOP. PROC. 06-P-5142/2025 (d). FOP - Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 58 a 109. (Deliberação CCPG Nº 35/2025). ITEM 5. PROGRAMA DAS ATIVIDADES E CATÁLOGO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO. a) PROC. Nº 22-P-8818/2025 (d). IG

– Oferecimento da seguinte disciplina como “disciplina especial, de caráter eventual”, no Catálogo de 2025: GG075 – “Geografia Política e Geopolítica: evolução teórica e análise das tendências internacionais contemporâneas” - Turma A. Carga Horária Total: 30 horas teóricas + 30 horas práticas (4 créditos). Período: 1º semestre de 2025. Oferecimento: Professor Participante Temporário: Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa (USP – FFLCH). Fls. 110 a 127. (Deliberação CCPG Nº 36/2025). b) PROC. Nº 04-P-6209/2025 (d). FEA - Alteração do critério de aprovação da disciplina TP384 no catálogo vigente de 2025 do Programa de Pós-Graduação em Alimentos e Nutrição, passando de “Frequência” para “Conceito e Frequência”. Fls. 128 a 135. (Deliberação CCPG Nº 37/2025). ITEM 6. ALTERAÇÃO NO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA. PROC. Nº 22-P-25731/2001. IG – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 136 a 158. (Deliberação CCPG Nº 38/2025). ITEM 7. ALTERAÇÃO NO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO HISTÓRIA DE CIÊNCIAS DA TERRA. PROC. Nº 22-P-07173/2004. IG – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 159 a 182. (Deliberação CCPG Nº 39/2025). ITEM 8. ALTERAÇÃO NO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA TECNOLÓGICA. PROC. Nº 22-P-2579/2001. IG – Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 183 a 205. (Deliberação CCPG Nº 40/2025). **ITEM DESTACADO.** 4. ACORDOS: a) ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP) E A UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (UNICAMP) PARA FOMENTAR A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DE ALTO NÍVEL E A PESQUISA CIENTÍFICA, POR MEIO DE AÇÕES OU PROGRAMAS DIRECIONADOS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E AO ESTÍMULO À ATRAÇÃO DE CANDIDATOS AO DOUTORADO E PÓS-DOUTORADO E À DINAMIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA FORMAÇÃO DE DOUTORES E PÓS-DOUTORES. - Homologação da aprovação ad referendum da CCPG de 19/03/2025. PROC. DIGITAL: 01-P-10564/2025 (d). PRPG - Parecer favorável exarado pela Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora da PRPG). Fls. 19 a 35. (Deliberação CCPG Nº 33/2025). A **Sra. Presidente** informou que pediu o destaque daquele item, porque gostaria de explicar o motivo do atraso da assinatura

do acordo com a FAPESP. Esclareceu que a FAPESP iria firmar um acordo com cada universidade participante do Programa de Aperfeiçoamento da Pós-Graduação (PAPG). A Unicamp já tinha recebido uma minuta do referido acordo. Informou que aquele documento estava na Procuradoria Geral para análise. Disse que tinha informado à Profa. Concepta Margaret McManus Pimentel (Profa. Conie), Assessora da FAPESP, que estava cuidando do PAPG e da sua relação com a CAPES e com as universidades, e, que, talvez, a Unicamp atrasasse a assinatura do acordo, devido ao tempo necessário para a finalização da sua análise pela PG e à troca de gestão da universidade. O novo Reitor era quem, provavelmente, iria assiná-lo. Afirmou que ainda havia dúvidas com relação à CAPES. A FAPESP era muito clara ao estabelecer a definição de um sistema, um braço do SAGe ou algo semelhante, no qual os eventuais futuros bolsistas doutorandos diretos seriam nele inseridos por seus respectivos orientadores. O coordenador do Programa de Aperfeiçoamento da Pós-Graduação (PAPG) na Unicamp seria, certamente, um pró-reitor e ele iria dar início ao funcionamento do sistema. Entretanto, quando ocorresse a passagem de alunos do mestrado para o doutorado direto, os respectivos orientadores seriam os responsáveis por nele inserirmos dados dos alunos. As inserções seriam feitas no sistema da FAPESP após saberem que a CAPES já teria transformado as bolsas de mestrado dos alunos em bolsas de doutorado. Enfatizou que, ainda não estava claro, nem mesmo para a FAPESP, como a CAPES iria passar aquela informação para ela e nem como a universidade iria informar a CAPES a necessidade de transformação da bolsa de mestrado de um determinado aluno em bolsa de doutorado direto. Até aquele momento, somente estava claro como seria o procedimento da universidade junto à FAPESP. Informou que, o Edital Interno da Unicamp para os programas de pós-graduação pleitearem a adesão ao PAPG, estava praticamente pronto, mas o acordo que o viabilizaria não seria assinado enquanto persistissem aquelas dúvidas. Assim sendo, considerava que seria difícil a implantação do PAPG, para os programas de pós-graduação da Unicamp que já tinham um perfil mais próximo ao exigido para sua adesão, já no segundo semestre de 2025. Considerava que não teria problema de ele ser iniciado no próximo ano. Achava até que era uma vantagem devido à contagem das bolsas, pois a bolsa de mestrado, que se transformasse em uma bolsa de doutorado, voltaria para o programa no ano seguinte, devido à equação que a CAPES aplicava aos perfis dos programas. Enfatizou que a bolsa

1 não voltaria no semestre seguinte, mas sim no próximo ano. Assim sendo, parecia mais
2 plausível que os programas de pós-graduação se organizassem para atender, naquele
3 caso, o fluxo anual. Nada impedia que ele fosse semestral, mas o fato era que a CAPES
4 não iria fazer dotações semestrais. Ela apenas faria a dotação no início do ano seguinte.
5 Em conversa com outros colegas pró-reitores, verificou que todos consideraram que a
6 melhor dinâmica e logística a ser aplicada seria a do início do programa no próximo ano.
7 Se assim fosse, os programas de pós-graduação teriam um tempo mais adequado para a
8 realização das suas eventuais transformações. Era sabido que, na Unicamp, o prazo para
9 solicitar mudanças no catálogo de 2026 era até 29 de julho. Os coordenadores teriam todo
10 o semestre atual para, com calma, fazerem as mudanças necessárias. Se o programa fosse
11 implantado para o próximo semestre, não haveria tempo hábil para os programas
12 realizarem todas as etapas da seleção até o mês de agosto. Concluindo falou que, embora
13 todos estivessem muito animados com o PAPG, considerava que seria melhor aplicá-lo
14 para o próximo ano. Corroborava para aquela conclusão o fato de que a própria CAPES
15 ainda não tinha esclarecido à FAPESP como ela faria o seu fluxo. Esclareceu que aquele
16 item estava na pauta para homologação do encaminhamento do acordo feito por ela à PG
17 “ad referendum” da CCPG. O Conselheiro **Prof. Dr. Valentim Adelino Ricardo Barão**
18 pediu a palavra e agradeceu à Profa. Rachel pelos esclarecimentos. Disse que, após
19 discussões com alguns programas de pós-graduação da FOP, constatou que, pelo menos,
20 dois deles teriam a premissa de se englobarem naquele processo. Eles iriam até mudar o
21 próximo catálogo e adicionar disciplinas para contemplar o que estava previsto naquela
22 Chamada. Entretanto, considerava que a maioria dos coordenadores ainda tinham muitos
23 receios e muitas dúvidas com relação ao PAPG. Entendia que a própria Pró-Reitoria
24 também tinha dúvidas em relação à CAPES. Mas, o maior medo deles era com relação ao
25 que a Profa. Rachel tinha mencionado sobre as bolsas de mestrado, que seriam
26 transformadas em doutorado. No próximo ano, a CAPES aplicaria todo aquele cálculo
27 divulgado para a concessão de bolsas. A dúvida era se a bolsa transformada entraria ou
28 não naquele cálculo. Citou como exemplo o programa de Clínica da FOP, que tinha perdido
29 duas bolsas de doutorado após a aplicação do cálculo. O receio era de que a bolsa
30 transformada em doutorado entrasse na contagem no próximo ano e eles pudessem perder,
31 novamente, outra bolsa e, com isso, prejudicar o andamento do próprio projeto da adesão.

1 A **Sra. Presidente** afirmou que tinha do próprio diretor de bolsas da CAPES, Prof. Luiz
2 Antonio Pessan, no momento da assinatura do acordo no ano anterior, que as bolsas de
3 mestrado, que estavam sendo transformadas em bolsas de doutorado, não seriam retiradas
4 do programa. Elas estariam sendo transformadas em bolsas de doutorado pelo tempo da
5 qualificação do aluno. Depois da formação do aluno, ela voltaria, no ano seguinte, como
6 bolsa de mestrado para o programa. Seria necessário que todos tivessem aquela clareza
7 e, para tanto, faltava uma conversa com as agências envolvidas. Acreditava que tudo
8 estaria esclarecido na documentação do acordo com a própria FAPESP, a qual também
9 teria que saber daquela condição, mas, que, até aquele momento, não estava. Então, ela
10 iria tentar obter mais informações. Informou que ainda não tinha agendado uma reunião
11 com os coordenadores PROEX, como ela havia se comprometido de fazê-lo após a entrega
12 do Sucupira, porque a PRPG tinha recebido muitas demandas da CAPES, como o CAPES
13 Global e o Edital do BRICS-NU, que tinha sido lançado na semana anterior e seu prazo de
14 entrega era na semana seguinte. Afirmou que assim que a PRPG finalizasse aquele Edital,
15 tentaria agendar a referida reunião. Em seguida, colocou em votação o item 4A, que foi
16 aprovado por unanimidade. Passando para o **EXPEDIENTE** falou que o primeiro item se
17 referia ao projeto CAPES Global. A notícia e as fotos da reunião feita pela CAPES com as
18 universidades federais sobre o CAPES Global estavam divulgadas na página daquela
19 agência. O sentimento era de que as paulistas estavam meio fora daquele processo. Assim
20 sendo, as três universidades paulistas, que eram as cabeças das estaduais, pediram uma
21 reunião com o Prof. Rui Vicente Oppermann e com a Profa. Denise Pires de Carvalho para
22 tratar daquele assunto e ela tinha acontecido na sexta-feira da semana anterior. Até o
23 momento daquela reunião, a informação que se tinha era que, conforme a CAPES tinha
24 anunciado anteriormente, haveria apenas vinte redes no país e vinte universidades seriam
25 as cabeças daquelas redes. A primeira dúvida, então, era: como que para um sistema de
26 mais de quinhentas universidades era feito um modelo de financiamento para a
27 internacionalização em um dia, com somente vinte universidades como cabeças de redes,
28 e quais seriam aquelas universidades. Nem a própria CAPES conseguiu, naquele
29 momento, dar orientações de como as redes seriam elaboradas. Entretanto, na segunda-
30 feira anterior tinha sido publicada a Portaria CAPES 74/2025 e nela já não havia mais a
31 menção de que seriam apenas 20 redes. O limite de 20 redes tinha deixado de existir.

Segundo a Portaria, as redes deveriam definir temas estratégicos alinhados às políticas públicas voltadas às prioridades nacionais ou aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS. Assim sendo, os temas das redes não estavam mais limitados aos ODS. Outros temas estratégicos para o país poderiam ser considerados. A cabeça da rede seria a área que iria conduzir o papel principal de uma instituição. Supondo, por exemplo, que a Unicamp tivesse força na área de sustentabilidade, até para coincidir com um dos ODS, ela poderia ser a cabeça da rede. Entretanto, poderia haver outros temas acontecendo embaixo daquele tema, com outras universidades, que teriam que ser de outra região, ou que teriam que ser de outro estado. Deveria ser feito um circuito que desse conta da colaboração institucional do país para a internacionalização. O fato era que, não estava claro para ninguém, inclusive para a própria CAPES, como funcionaria aquele Programa. O edital não tinha saído ainda. No entanto, era sabido que levaria mais de cinco meses para construir as redes. Informou que, naquele meio tempo, já vinha conversando com algumas universidades, que a tinham procurado para cogitar a possibilidade de parcerias para aquele programa. Citou como exemplo a Universidade Estadual do Amazonas e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Afirmou que as universidades estaduais estavam se mexendo, por estarem vendo que, na verdade, havia um foco maior nas federais, o que era muito nocivo para os sistemas. Não estava querendo criar um jogo de estadual versus federal, mas o fato era que as estaduais ficavam muito órfãs de algumas deliberações e discussões da própria CAPES. Até o Edital sair e até o final de sua gestão como Pró-Reitora, ela tentaria estabelecer contatos com outras universidades para identificar possíveis parcerias. A PRPG também estava levantando as universidades com as quais a Unicamp tinha os Projetos de Cooperação entre Instituições para Qualificação de Profissionais de Nível Superior (PCIs - Minters e Dinters) e com as quais tinha firmado eventuais convênios, para tentar armar redes em algumas áreas específicas. Em sua opinião, não adiantaria conversar com universidades com as quais nunca houve nenhum tipo de atuação. Seria preciso saber armar redes nas áreas específicas, que seriam temáticas. Esclareceu que, mesmo que a Unicamp fosse a cabeça de uma rede, ela poderia participar da rede de outra universidade em um outro tema. Achava que o Edital iria ser um quebra-cabeças, mas a PRPG estava tentando colocar algumas peças na mesa para ajudar a montá-lo. Em seguida, perguntou se alguém gostaria de se manifestar. A Conselheira

1 **Profa. Dra. Melissa Gurgel Adeodato Vieira** pediu a palavra e disse que gostaria de
2 apenas tirar uma dúvida. Perguntou se a Universidade poderia participar de várias redes,
3 mesmo que ela fosse coordenadora de uma delas. A **Sra. Presidente** respondeu que,
4 segundo a Portaria CAPES 74, de 28 de março de 2025, as redes institucionais deveriam
5 ser formadas por, no mínimo, quatro e, no máximo, seis instituições, ou institutos de
6 pesquisa. A instituição coordenadora daquela rede deveria possuir: I - Programa de Pós-
7 Graduação (PPG) com nota 6 ou 7 em áreas do conhecimento relacionadas com os temas
8 da Rede proposta; II - Reconhecida trajetória em internacionalização; III - Capacidade para
9 apoiar as instituições associadas participantes da rede na elaboração, implementação ou
10 consolidação de seus Planos Estratégicos de Internacionalização; e IV - Experiência e
11 capacidade técnica, científica e institucional nos temas selecionados pela Rede. As
12 instituições integrantes deveriam estar localizadas em diferentes regiões do Brasil, com a
13 exigência de que pelo menos uma estivesse situada no Norte, Nordeste ou Centro-oeste.
14 As instituições poderiam participar apenas de uma proposta de rede na qualidade de
15 coordenadora e poderiam participar em mais de uma proposta de rede como associada,
16 em temas estratégicos e com programas de pós-graduação diferentes. As instituições
17 coordenadoras poderiam participar como associadas em até quatro redes. Então, a
18 Unicamp poderia ter, por exemplo, um coordenador de rede de sustentabilidade e participar
19 de mais quatro outras redes com temas diferentes, mas os programas participantes teriam
20 que ser outros. Em sua opinião, não seria fácil participar do CAPES Global. Se a ideia da
21 CAPES era, realmente, amenizar as assimetrias, disse que até entendia o trabalho com as
22 universidades de outras regiões, mas o cálculo exigido pela Portaria era muito complicado
23 para ser cumprido. Outro problema que ela visualizava dizia respeito ao financiamento. De
24 acordo com os artigos 11 e 12 da Portaria 74, a liberação dos recursos financeiros seria
25 realizada pela CAPES e eventuais parceiros com base nos instrumentos legais disponíveis
26 e os procedimentos acerca da liberação de recursos, bolsas e auxílios, acompanhamento
27 financeiro, resultados, seriam tratados nos instrumentos de seleção do programa. A dúvida
28 era se a instituição coordenadora teria que coordenar as bolsas, os recursos e auxílios de
29 toda a rede por ela coordenada. Se assim fosse, não saberia dizer quem iria querer ser
30 cabeça de rede. Também não estava claro, no caso de a universidade estar como
31 associada em outra rede, se os recursos seriam administrados por outra instituição

1 coordenadora. A Portaria não esclarecia aquelas dúvidas. Esperava que o Edital, que seria
2 lançado pela CAPES, estivesse sendo feito com muito esmero e que ele sanasse todas
3 aquelas dúvidas. Em seguida, passou para o item seguinte do expediente: PRINT. Informou
4 que a PRPG tinha entregado o relatório final do PRINT. Ele era extremamente técnico. No
5 sistema onde ele foi inserido, não havia nenhum lugar para ser adicionada uma avaliação
6 literal. O fato era que o PRINT da Unicamp tinha sido, realmente, um sucesso no uso dos
7 recursos e das bolsas. O relatório final tinha mais de 1.200 páginas. Assim sendo, não tinha
8 sido possível imprimi-lo para entregá-lo a cada um dos membros da CCPG. Entretanto,
9 informou que foram colocadas na página da PRPG algumas sistematizações que poderiam
10 ser acessadas por todos. No site também estavam disponíveis as filmagens que a PRPG
11 fez com alguns bolsistas de diferentes áreas do conhecimento, nas quais eles contavam
12 como tinham sido as suas respectivas experiências no exterior, no período em que eles
13 fizeram seus doutorados sanduíche pelo PRINT. A pedido da Profa. Rachel, a **Sra. Juliana**
14 **Cristina Brandão** demonstrou no telão como todos poderiam acessar todas as informações
15 referente ao PRINT, as quais foram alimentadas pelas Unidades no Sistema Solicita.
16 Afirmou que aquele sistema gerava diretamente os dados na página do PRINT da PRPG.
17 Pelos números dos projetos, era possível saber quais foram os seus membros integrantes
18 e os países parceiros. Também era possível escolher as informações por área temática.
19 Havia pequenos mapas que informavam para quais países, quais universidades os projetos
20 tiveram participação e a quantidade de alunos enviados para o exterior por países. Em sua
21 opinião, seria interessante que, posteriormente, todos dessem uma olhada no site. A **Sra.**
22 **Presidente** retomou a palavra e disse que, de um modo geral, a Unicamp tinha mandado
23 352 alunos para 29 países. Considerava aquele dado muito importante. A Unicamp também
24 havia recebido muitos professores e realizado muitas missões. Não tinha o número exato
25 deles, porque o próprio relatório do sistema da CAPES não permitia que fosse feita aquela
26 contabilização. Esclareceu que, no sistema de preenchimento do relatório, havia apenas
27 espaços para inserção das informações sobre artigos, produções científicas geradas pelos
28 projetos PRINT. A CAPES tinha informado que iria fazer uma exposição mais sistematizada
29 de todos os dados em um evento futuro. Reafirmou que, em sua opinião, o PRINT Unicamp
30 tinha sido um sucesso. No início, ele foi um projeto bastante difícil. Ele tinha sido iniciado
31 na gestão do Prof. Dr. André Tosi Furtado e montados os 117 projetos. Na gestão da Profa.

1 Nancy Lopes Garcia foi dado prosseguimento, subdividindo os projetos em áreas que, de
2 fato, foram muito bem focadas para o interesse dos alunos e dos próprios programas de
3 pós-graduação. Parabenizou a todos os envolvidos no sucesso daquele projeto. Passando
4 para os INFORMES, disse que a Unicamp tinha recebido as bolsas CNPq. Informou que
5 foram concedidas 67 bolsas de doutorado e 165 bolsas de mestrado. Era um número baixo,
6 mas era maior do que a dotação do ano anterior. Disse que, na reunião do CONSU do dia
7 anterior, tinha feito uma exposição, na qual ficou demonstrado que a Universidade não
8 conseguia ultrapassar 38%, 40% de cobertura de bolsa, somando CAPES, CNPq e
9 FAPESP. A CAPES, certamente, era a que concedia o maior volume de bolsas. A FAPESP
10 vinha em seguida. O CNPq era sempre quem menos concedia bolsas. O fato era que a
11 Universidade melhorava em algumas questões, mas o problema era que ela não conseguia
12 dar conta da cobertura dos alunos. Passando para o segundo informe, pediu para que o
13 Prof. Elias passasse as informações sobre o Programa CAPES/AUGM (Grupo Montevideo).
14 O **Prof. Dr. Elias Basile Tambourgi** informou que a CAPES recebeu 231 projetos dos
15 quais foram apoiados 15. Um deles era da Unicamp. A **Sra. Presidente** pediu que ele
16 também falasse sobre o último Edital da UNIVESP. O **Prof. Dr. Elias Basile Tambourgi**
17 informou que as inscrições para o Edital da UNIVESP iriam se iniciar no dia 10 de abril e
18 terminariam no dia 06 de maio. Lembrou aos presentes que a Unicamp apenas habilitava
19 os candidatos. Quem escolhia e convocava os selecionados era a UNIVESP, segundo seus
20 próprios parâmetros. Em seguida, a **Sra. Presidente** passou para o próximo informe, que
21 se referia ao Pró-Equipamentos. Disse que, como todos sabiam, o Prof. Dr. Claudio
22 Chrysostomo Werneck, Coordenador da Pós-Graduação do IB, era o coordenador daquele
23 projeto. Informou que os recursos tinham chegado e as aquisições estavam começando a
24 serem feitas. Quanto ao BRICS, disse que, na semana anterior, a CAPES lançou o edital
25 BRICS NU, que tinha por finalidade pré-qualificar instituições para a adesão à Rede BRICS
26 NU. As IES que já faziam parte da BRICS-NU deveriam se pré-qualificar para que fossem
27 elegíveis para futuras ações de fomento. A pré-qualificação das instituições já participantes
28 do BRICS-NU deveriam ocorrer ao mesmo tempo da pré-qualificação das novas
29 instituições. Apenas as instituições pré-qualificadas por meio daquele edital poderiam
30 participar da seleção dos projetos da Rede BRICS-NU a serem financiados. Para a
31 obtenção do financiamento dos projetos da Rede BRICS-NU as IES pré-qualificadas

1 deveriam concorrer em edital específico e poderiam ou não ser selecionadas para o
2 fomento. A universidade deveria possuir programas de pós-graduação com notas 6 ou 7 na
3 última avaliação da CAPES, em pelo menos um dos temas de atuação definidos no referido
4 edital e comprovar produção intelectual e projetos em andamento com IES de pelo menos
5 um dos demais países membros do BRICS em cada um dos temas escolhidos. A PRPG
6 estava coletando documentos, falando com os programas, e, na próxima semana, iria
7 efetuar a candidatura da Unicamp. O Conselheiro **Prof. Dr. Valentim Adelino Ricardo**
8 **Barão** pediu a palavra e disse que ele tinha um Edital BRICS, com a China e com a Índia,
9 de 2022, que estava vigente até o final do presente ano ou do próximo. Não tinha visto o
10 Edital mencionado pela Profa. Rachel e perguntou se ele era um Edital Institucional e qual
11 seria o seu objetivo. A **Sra. Presidente** esclareceu que ele era institucional e para algumas
12 áreas específicas. Pediu para que a Sra. Cristina Ferreira de Souza informasse quais eram
13 as referidas áreas. A **Sra. Cristina Ferreira de Souza** informou que as áreas eram:
14 Energia, Economia, Estudos do BRICS, Ciência da Computação e Segurança da
15 Informação, Ecologia e Mudanças Climáticas, Água e Poluição, Matemática, Ciências
16 Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Agricultura Sustentável e Segurança Alimentar,
17 Ciência da Saúde. A **Sra. Presidente** complementou dizendo que o Edital pedia que fosse
18 colocada a cópia do convênio ou do acordo para comprovar os projetos que estavam em
19 andamento com IES de pelo menos um dos demais países membros do BRICS em cada
20 um dos temas escolhidos. Assim sendo, a PRPG estava fazendo aquele levantamento na
21 universidade. Esclareceu que, na verdade, apesar de serem 11 áreas, a universidade só
22 poderia escolher três delas. Sobre o Prêmio Tese Destaque, informou que o prazo para as
23 inscrições tinha terminado no dia 04 de abril. No total, foram recebidas 221 inscrições.
24 Sessenta na área de Engenharia e Tecnologias, cinquenta e sete na área de Ciências
25 Humanas e Artes, trinta e sete na de Ciências Exatas e da Terra e sessenta e sete na de
26 Ciências Biológicas e da Saúde. Foi constatado que houve um grande crescimento das
27 inscrições na área de Ciências Biológicas e nas Engenharias e Tecnologia. Entretanto,
28 houve uma certa diminuição nas áreas de Humanas e Artes e nas Ciências Exatas.
29 Aproveitou o momento para informar que seria necessário criar uma banca de avaliação
30 para cada área, que, geralmente, era coordenada por coordenadores de pós-graduação da
31 universidade. Perguntou ao plenário se havia voluntários para aquela atividade. A

1 Conselheira **Profa. Dra. Melissa Gurgel Adeodato Vieira** candidatou-se para coordenar a
2 Comissão da área de Ciências Humanas e Artes. O Conselheiro **Prof. Dr. Raul Reis**
3 **Amorim**, para a área das Ciências Biológicas e da Saúde. O Conselheiro **Prof. Dr.**
4 **Valentim Adelino Ricardo Barão** para a área das Engenharias e Tecnológicas. A **Sra.**
5 **Presidente** perguntou se alguém mais se candidataria para a área das Ciências Exatas e
6 da Terra. Como não houve candidatos, disse que iria consultar os membros que estavam
7 ausentes naquela reunião da CCPG. Terminados todos os informes, abriu a palavra para o
8 plenário. A Conselheira **Profa. Dra. Melissa Gurgel Adeodato Vieira** pediu a palavra e
9 disse que gostaria de falar sobre o novo modelo de concessão de bolsas da CAPES. Na
10 semana anterior tinha assistido uma apresentação sobre ele. Afirmou que ficou bastante
11 apreensiva, porque os programas de pós-graduação de Campinas, por conta do IDHM,
12 perderiam duas vezes. A primeira perda ocorreria na parte da projeção. Depois de feita a
13 projeção, havia uma outra planilha que seria aplicada, por conta da questão orçamentária
14 da CAPES, onde estavam colocadas as primeiras faixas que poderiam receber 100% da
15 projeção. Havia uma última faixa que receberia 80%. Os programas de pós-graduação da
16 Unicamp estavam na última faixa devido ao IDHM de Campinas. Assim sendo, só por
17 estarem situados em Campinas os programas de pós-graduação seriam duplamente
18 prejudicados. Não sabia dizer se caberia alguma ação institucional para reverter aquela
19 situação. No modelo anterior, o programa de pós-graduação de sua unidade já era
20 prejudicado. Mesmo sendo um programa nota 7, possuindo um bom número de alunos,
21 uma boa média de titulados, ele era prejudicado por conta do IDHM. E o programa não
22 tinha o que fazer com relação àquele fato. Não havia mais onde aprimorar, porque dependia
23 da cidade onde ele estava situado. Por questões orçamentárias, e por uma questão que a
24 CAPES colocou de redução de assimetrias regionais, foi adicionada uma outra planilha
25 onde, novamente, o programa de pós-graduação situado em Campinas iria perder bolsas.
26 Não sabia dizer se o valor era 65% ou 60% da projeção. Devido àquele fato, o programa
27 de pós-graduação da FEQ já tinha perdido três bolsas de doutorado no início do ano, as
28 quais seriam implementadas após o ingresso de alunos em março. Enfatizou que as bolsas
29 perdidas não estavam ociosas. Afirmou que a FEQ tinha um uso muito eficiente de bolsas
30 na pós-graduação. Eles não deixavam bolsas ociosas. Assim sendo, eles não teriam um
31 prejuízo por aquela questão. Entretanto, tinham perdido três bolsas, por conta daquele

1 modelo de concessão, pelo qual, eles estavam perdendo duas vezes. Não sabia dizer se
2 seria o caso de a Unicamp emitir um documento pedindo a revisão daquele modelo. A **Sra.**
3 **Presidente** disse que, quando esteve em uma reunião na CAPES no ano anterior, tinham
4 inclusive conversando com o Prof. Luiz Antonio Pessan e chamado a atenção dele sobre
5 aquela questão. A Unicamp não era a única prejudicada. A UNESP estava em uma situação
6 pior ainda. Apesar de ela ter diversos campi, era considerado para o cálculo do IDHM o
7 local de sua sede, que era em São Paulo. A UNESP de Ilha Solteira, por exemplo, estava
8 sofrendo com a mesma equação. Naquela ocasião, o Prof. Pessan tinha falado que a ideia
9 seria mudar aquela equação e não usar exatamente aquele IDHM, mas algo da região ou
10 da mesorregião, ou algo que amenizasse a sua aplicação. Entretanto, nada tinha sido feito.
11 Assim sendo, mesmo já tendo conversado com a CAPES, não custava encaminhar a ela
12 novamente um documento levantando aquela questão. A Conselheira **Profa. Dra. Melissa**
13 **Gurgel Adeodato Vieira** afirmou que, de fato, a situação tinha piorado em relação ao
14 modelo de concessão anterior. Com ele, o programa perdia somente uma vez. Com o novo
15 modelo, o programa passou a perder duas vezes com a aplicação da segunda tabela em
16 função da questão orçamentária da CAPES. Em conversa com a coordenadora da
17 Engenharia Química da UFPA, ficou sabendo que eles tinham um programa de doutorado
18 recém-inaugurado, o qual tinha recebido 15 bolsas de doutorado, para a primeira turma.
19 Nem alunos para ocupar aquelas bolsas sequer eles tinham. Assim sendo, pensou que já
20 sabia para onde poderiam ter ido as bolsas que foram retiradas de seu programa e de
21 outros programas de pós-graduação da região sul e sudeste. As bolsas estavam indo
22 realmente para as regiões, norte e nordeste. Não iria dizer que era sem critério, mas, não
23 considerava justo que um programa recém-inaugurado recebesse de pronto 15 bolsas de
24 doutorado, enquanto do PPG da FEQ, que era um dos maiores programas de Engenharia
25 Química do país, que tinha uma demanda, um número de titulados bastante relevante, eram
26 retiradas bolsas. A **Sra. Presidente** afirmou que, de fato, a CAPES tinha feito uma reserva
27 de bolsas para os novos cursos. No final do ano anterior, também na ocasião da assinatura
28 do acordo do PAPG, a Profa. Patrícia Lelis Cagni, que era quem assessorava a questão
29 das bolsas na CAPES, e o próprio Prof. Pessan, comentavam que era grande o número de
30 cursos novos que tinham sido aprovados. Havia uma fila de APCNs que tinham sido
31 herdados da gestão anterior e para os quais seria necessário atribuir bolsas. Entretanto,

1 considerava complicada aquela discrepância de dar 15 bolsas para um novo curso. O
2 Conselheiro **Prof. Dr. Raul Reis Amorim** pediu a palavra e disse que, na reunião anterior,
3 o plenário tinha discutido um pouco sobre a resposta que os coordenadores deveriam
4 encaminhar para o SIC. Informou que, para a formulação da sua resposta, tinha seguido o
5 modelo, mas o SIC devolveu a demanda e ele tinha sido obrigado a respondê-la
6 pontualmente. Em sua resposta, indicou tudo que era possível. Em sua visão, havia
7 algumas informações solicitadas que eram pessoais, como por exemplo, a renda e a origem
8 dos bolsistas. Literalmente tinha respondido que, se quisessem aquele tipo de informação,
9 eles teriam que passar pelo Comitê de Ética. O interessado tinha a lista dos aprovados por
10 cota e para os quais tinham sido atribuídas bolsas. Se ele quisesse, poderia entrar em
11 contato com o programa e agendar uma entrevista. Não sabia se aceitariam aquela
12 resposta, mas ele a tinha feito daquela maneira. A **Sra. Presidente** disse que tinha
13 esquecido de comentar com os presentes que tinha feito uma reunião, com o coordenador
14 do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), e com a Dra. Livia Ribeiro de Padua Duarte,
15 da PG. Não fazia sentido não ter um filtro do tipo de demanda que o SIC recebia, embora
16 a informação fosse direito do cidadão. Por se tratar de uma pesquisa, a visão da PRPG,
17 com a qual a PG concordou, era de que não fazia sentido um aluno usar o SIC como fonte
18 de pesquisa. Um dos pontos que saiu daquela reunião era que o SIC iria ver quais eram as
19 condições de fato e tentar fazer alguns filtros para algumas demandas. Na demanda em
20 questão, havia questionamentos que não davam para passar e outros que não faziam
21 sentido a forma como tinham sido feitos os pedidos. Também não fazia sentido cobrar de
22 uma secretaria que ela colocasse tudo na internet e dizer que aquilo era direito do cidadão.
23 Se o interessado quisesse usar as atas, pois elas eram públicas, ele deveria ir à secretaria
24 e pedir a cópia delas. Havia dados que não podiam ser disponibilizados. Como a reunião
25 com o SIC e PG tinha acontecido há aproximadamente vinte dias, não sabia o que tinha
26 acontecido posteriormente. A **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli** pediu a palavra
27 e disse que, na reunião feita com a PG e com o SIC, foi informado que as atas solicitadas
28 de todos os programas pelo aluno poderiam ser encaminhadas na íntegra para o SIC.
29 Segundo o Sr. Fábio Rodrigo Pinheiro da Silva, coordenador do SIC, o programa não
30 precisaria ficar selecionando o conteúdo da ata. Quem faria aquele trabalho de colocar
31 tarjas nos dados sensíveis seria o próprio SIC. Era fato, todos seriam obrigados a

encaminhar as atas solicitadas. Algumas questões da demanda do interessado, todos eram obrigados a atendê-las, mas outras poderiam ser respondidas da maneira como achassem conveniente. O Conselheiro **Prof. Dr. Raul Reis Amorim** comentou que, no caso de sua unidade, que tinha quatro programas de pós-graduação, a questão 10 da demanda pedia as atas das reuniões das Comissões de Seleção. Respondeu o que era verdade, ou seja, que, na sua unidade, as Comissões de Seleção não elaboravam atas. As decisões eram documentadas em pareceres e informações publicadas nas etapas dos processos seletivos, que estavam disponíveis no site do IG. Assim sendo, eles não poderiam exigir um documento que a unidade não produzia. Também era solicitado o relatório da avaliação de política anual. Foi respondido que o programa não tinha feito aquela avaliação. Foi pedida a composição étnico-racial e de gênero da CPG e das Comissões e a resposta foi a de que todos os componentes eram brancos, por ser a realidade atual do IG. Enfim, tinha respondido todos os itens referentes aos quatro programas e informado no documento o que eles tinham ou não. A **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli** afirmou que aquela tinha sido a orientação recebida da PG e do SIC. Os programas deveriam responder o que acontecia na realidade. A **Sra. Presidente** comentou que um dos argumentos do interessado, quando ela tinha conversado com ele, era de que existia uma certa má vontade para falar das cotas e para as Secretarias fornecerem o material que ele precisava. Considerava que havia, naquele caso, uma definição de conduta de pesquisa entre o interessado e o professor que estava equivocada, mas sabia que não era possível mudá-la. Afirmou que a Procuradoria Geral concordava com o posicionamento da PRPG. A Conselheira **Profa. Dra. Nashieli Cecilia Rangel Loera** pediu a palavra e disse que todas as atas dos programas estavam publicadas no site do IFCH. Enfatizou que, se o interessado tivesse olhado o site do Instituto e entrado na CPG, ele teria tido acesso a todas as atas, desde 2015. Quanto aos questionamentos, respondeu ao SIC que as atas eram públicas e estavam disponíveis no site do IFCH. Sobre a reserva de vagas, foi respondido que o interessado poderia conferir nos editais de todos os anos, dos 10 programas de pós-graduação, porque em todos eles estavam especificadas as vagas étnico-raciais, pois os dados eram públicos. Achava que precisava haver uma conversa com todos os alunos e alunas e com cada instituto sobre os procedimentos e sobre o que era possível solicitar também de acordo com a Lei de Acesso à Informação. Segundo orientação recebida da

1 Procuradoria Geral, as questões 7, 8, 9 e 10 da demanda eram perguntas basicamente de
2 opinião, e assim sendo, precisam previamente da aprovação do Comitê de Ética para
3 poderem serem feitas. A **Sra. Presidente** complementou a fala da Profa. Nashieli dizendo
4 que as perguntas de opinião eram indevidas e não poderiam ser feitas. A Conselheira
5 **Profa. Dra. Nashieli Cecilia Rangel Loera** afirmou que o SIC deveria barrá-las. A **Sra.**
6 **Presidente** concordou com a Profa. Nashieli e disse que a Coordenadoria do SIC tinha se
7 comprometido a adotar aquele procedimento. O Conselheiro **Prof. Dr. Carlos Henrique**
8 **Inacio Ramos** pediu a palavra e disse que o assunto que ele queria abordar estava
9 relacionado com a questão das bolsas da CAPES. Já estava decidido, desde 2020, o
10 modelo de concessão de bolsa da CAPES. O Edital era de 2020, mas como dependia da
11 análise do quadriênio anterior, somente em 2022 ele foi efetivamente implementado. Com
12 a sua aplicação houve um corte de 10% de bolsas até chegar no piso imposto pela CAPES.
13 A SBQ, a Sociedade Brasileira de Química, marcou uma reunião naquele período com a
14 então presidente da CAPES Profa. Mercedes, justamente para explicar o quão inadequado,
15 principalmente para os programas consolidados, seria aquela política. Na reunião, ela deu
16 a entender que não tinha percebido que, realmente, os cursos consolidados iriam sofrer.
17 Mas o que vinha acontecendo era justamente aquele fato. Os programas vinham perdendo
18 10% de suas bolsas. Chegou-se ao ponto no qual os coordenadores dos PPGs de Química
19 entraram em contato com os coordenadores de área e todos estavam questionando se valia
20 a pena ter todo aquele trabalho para chegar em um piso, em que o número de bolsas 5, 6
21 e 7, era muito semelhante. Era praticamente uma ou duas bolsas de diferença. Aquele fato
22 também, aparentemente, não foi considerado. O IQ também sofreu um corte de 10%, por
23 conta do piso da CAPES. O total atual de bolsas era, praticamente, 25% do que o programa
24 tinha há alguns anos. Com relação à demanda do SIC, disse que tinham feito uma resposta
25 de maneira muito semelhante ao anteriormente relatado pelos colegas. Primeiramente, foi
26 informado que o programa não tinha condições de dar informações que eles não possuíam.
27 Em segundo lugar, que muitas das informações eram públicas e que o próprio interessado
28 deveria buscá-las. Terceiro, que ele estava buscando algumas informações que eram
29 pessoais e que ele devia buscá-las diretamente com as pessoas identificadas. E que, por
30 fim, as questões que ainda conseguiriam respondê-las iriam fazê-lo, mas somente iriam
31 entregá-las mediante o agendamento prévio de uma data que ele deveria realizá-lo

1 pessoalmente e desde que estivesse munido de uma autorização da Comissão de Ética na
2 Pesquisa - CEP. Até aquele momento, não tinha recebido ainda um retorno da resposta
3 encaminhada ao SIC. A **Sra. Presidente** disse que, pelo que ela sabia, algumas unidades
4 também tinham feito suas respostas naquele sentido. O Conselheiro **Prof. Dr. Claudio**
5 **Chrysostomo Werneck** pediu a palavra e disse que, em sua opinião, o caminho estava
6 errado. Sistemáticamente todos recebiam e-mails de convite para participação de pesquisa
7 onde vinha o Comitê de Ética aprovando a pesquisa, e era a opção de cada uma dela
8 participar, ou não. Se abrissem aquele precedente, ele iria se tornar o caminho comum. A
9 **Sra. Presidente** respondeu ao Prof. Cláudio que, quando recebiam pesquisas pelo e-mail,
10 que requeriam a opinião pessoal, tinham a opção de querer ou não dela participar. No caso
11 específico, a informação solicitada era institucional. Estava na Ata, que era pública e era
12 possível pedi-la. Reafirmou que um aluno não podia usar um serviço de informação do
13 cidadão para fazer sua pesquisa. O Conselheiro **Prof. Dr. Claudio Chrysostomo Werneck**
14 disse que tinha recebido a resposta do SIC. O interessado tinha encaminhado um pedido
15 de recurso, citando duas ou três leis. Como ele não era advogado, decidiu que não ficaria
16 interpretando leis para saber quem tinha razão. Caso a universidade tivesse que se
17 proteger daquele tipo de situação, a Procuradoria Geral teria que emitir um parecer
18 esclarecendo se seriam obrigados a fornecer as informações solicitadas. Aquela tinha sido
19 a resposta dele ao SIC. O Conselheiro **Prof. Dr. Tiago Zenker Gireli** pediu a palavra e,
20 mudando de assunto, disse que somente queria deixar registrado que aquela era a sua
21 última reunião como membro da CCPG. Estava completando quatro anos de mandato, e,
22 por aquele motivo, tinha que sair da coordenação da CPG de sua unidade. Agradeceu a
23 todos pelos quatro anos de aprendizado, pelo companheirismo e pelo acolhimento. Afirmou
24 que tinha sido, realmente, uma experiência muito gratificante. A **Sra. Presidente** agradeceu
25 ao Prof. Tiago por sua colaboração e sua ativa presença. O Conselheiro **Prof. Dr. Claudio**
26 **Chrysostomo Werneck** lembrou a Profa. Rachel que o Sr. Bruno Alves, diretor do setor
27 financeiro da PRPG, tinha alguns informes para dar sobre o Pró-Equipamentos. A **Sra.**
28 **Presidente** disse que, então, passaria a palavra para ao Sr. Bruno antes do fim da reunião.
29 Em seguida, passou a palavra para o Prof. Paulo Sérgio Fracalanza. O Conselheiro **Prof.**
30 **Dr. Paulo Sérgio Fracalanza** disse que todos estavam enfrentando a situação de escassez
31 de bolsas e que já não se tratava de apenas um dado conjuntural, mas sim de uma situação

1 permanente. A Instrução Normativa da CCPG, que regulava a possibilidade acúmulo de
2 bolsas CAPES de mestrado e de doutorado com outros rendimentos, vedava a
3 possibilidade de qualquer acúmulo quando houvesse no curso alunos que estivessem sem
4 outros tipos de rendimentos. Na situação atual, sempre haveria alguém sem bolsa. A
5 questão era que para uma parte dos alunos, que vinham de fora do estado e que tinham
6 que residir em Campinas, a remuneração de mestrado e de doutorado era insuficiente.
7 Aqueles alunos tinham um gasto bastante expressivo e alguns deles tinham uma situação
8 familiar bastante crítica. Por vezes, o valor da bolsa, sobretudo a de mestrado, era
9 absolutamente insuficiente para a manutenção deles. Assim sendo, alguns daqueles alunos
10 vinham conseguindo pequenos complementos pontuais. Mas, por vezes, também havia
11 algumas situações de complementação em forma de um recebimento único, esporádico,
12 ocasional, como por exemplo, pela entrega de um trabalho científico ou algo daquele tipo,
13 que tinha uma remuneração atrelada. Então, a questão que o programa estava vivenciando
14 era o surgimento daquelas estratégias, as quais estavam sendo mapeadas. Entretanto,
15 nem sempre os alunos e as alunas registravam aqueles tipos de recebimento. Outra
16 questão, que estava se tornando cada vez mais crítica, era que, por vezes, havia algum
17 tipo de denúncia, por parte de alunos que estavam preocupados com o que os outros
18 estavam recebendo. Se o aluno, por exemplo, tivesse a possibilidade de receber uma bolsa
19 de pesquisa durante um prazo de seis meses e o valor dessa bolsa de pesquisa fosse maior
20 do que o valor do recebimento da bolsa, era uma situação tranquila. O aluno renunciaria à
21 bolsa durante aquele período, receberia a de valor maior e, quando terminasse o período,
22 ele voltava a receber a bolsa, se ele fosse dela o titular. Entretanto, quando se tratava de
23 recebimentos esporádicos, eventuais e com valores inferiores ao da bolsa, o programa
24 estava coibindo completamente aquela situação. O entendimento era de que, se havia
25 pessoas que estivessem na penúria, sem qualquer tipo de recebimento, mesmo em caráter
26 eventual, o recebimento complementar pelo bolsista estava vetado. Era uma situação difícil
27 de ser controlada. Disse que gostaria de saber como os demais coordenadores estavam
28 lidando com aquele tipo de situação. Indagou se o programa poderia estipular um valor
29 razoável, uma proporção da bolsa que poderia ser autorizada como remuneração
30 complementar. A **Sra. Presidente** lembrou ao Prof. Paulo que a Instrução Normativa CCPG
31 001/2023 mencionava que cada programa deveria elaborar suas próprias regras. O

1 Conselheiro **Prof. Dr. Paulo Sérgio Fracalanza** concordou com a Profa. Rachel, mas
2 complementou dizendo que a referida Instrução Normativa também mencionava que,
3 qualquer tipo de remuneração adicional quando houvesse alguém desprovido de bolsa, era
4 completamente vedada. A **Sra. Cristina Ferreira de Souza** leu para o plenário o disposto
5 na Instrução Normativa. Segundo a IN, os Programas de Pós-Graduação da Unicamp
6 poderiam autorizar o acúmulo de bolsas CAPES de mestrado e de doutorado com outros
7 rendimentos, desde que no programa não houvesse discentes sem bolsas ou sem atividade
8 remunerada. Os programas de pós-graduação deveriam regulamentar ou atualizar os
9 critérios de atribuição de bolsas já existentes para autorização ou vedação de bolsas, e
10 publicá-los em suas respectivas páginas. A **Sra. Presidente** afirmou que o que a Instrução
11 Normativa vedava era que o aluno tivesse acúmulo de vínculos empregatícios com bolsa
12 ou recebimentos regulares de vencimentos com a bolsa. Não sendo naqueles casos, o
13 programa poderia autorizar certos tipos de complementos, desde que a Comissão de Pós-
14 Graduação aceitasse e regulamentasse aquele tipo de situação. O Conselheiro **Prof. Dr.**
15 **Paulo Sérgio Fracalanza** perguntou se algum outro programa já tinha feito alguma
16 normativa daquele tipo. Reafirmou que a ideia deles seria limitar os complementos
17 eventuais a uma proporção da bolsa, ou a até um certo valor que fosse considerado
18 razoável. Se o valor a ser recebido pelo aluno fosse maior, ele teria que optar entre ficar
19 com o complemento ou com a bolsa. A **Sra. Presidente** esclareceu que o primeiro artigo
20 da Instrução Normativa da CCPG seguia a própria norma da CAPES que permitia o
21 acúmulo de bolsa com outros vencimentos. Entretanto, como na Unicamp a cobertura de
22 alunos com bolsa era de apenas 38 a 40%, foi decidido que aquele tipo de acúmulo seria
23 proibido na tentativa de beneficiar um número maior de alunos. Concluindo, reafirmou que
24 o acúmulo de bolsa CAPES ou CNPq com outra atividade com vínculo empregatício era
25 vedada. O programa, com a aprovação da CPG, poderia definir quais e até que valor o
26 aluno poderia ou não acumular a bolsa com outro tipo de rendimento, desde que fosse de
27 forma eventual. A **Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli** comentou que, se o
28 programa fizesse uma normativa e a divulgasse em seu site, aquela ação coibiria, pelo
29 menos, em parte, as questões das denúncias. O Conselheiro **Prof. Dr. Paulo Sérgio**
30 **Fracalanza** agradeceu pelas orientações recebidas. O Conselheiro **Prof. Dr. José**
31 **Guilherme Cecatti** pediu a palavra, cumprimentou a todos e falou que, se não estivesse

equivocado, aquela seria a última reunião da CPPG com a atual composição da PRPG. Provavelmente, haveria mudanças na gestão da PRPG, em face da nova reitoria. Disse que gostaria de deixar claro e pontuado o agradecimento de sua instituição com relação à PRPG, pela maneira ampla e democrática como sempre conduziu todos os processos e todas as questões relativas à pós-graduação. Também agradeceu a ajuda recebida da PRPG para a realização do evento “Semana da FCM”, que tinha ocorrido na semana anterior e que foi muito exitosa. Externou seu desejo que o processo continuasse de maneira lisa e democrática, como até então vinha sendo. A **Sra. Presidente** agradeceu ao Prof. José Guilherme pelas palavras e, em seguida, passou a palavra para o Prof. Dr. Orlando Luís Goulart Peres. O Conselheiro **Prof. Dr. Orlando Luís Goulart Peres** comentou que havia um programa de escrita científica chamado Overleaf, que a Unicamp tinha ficado de assiná-lo. Entretanto, ficou sabendo que o CNPq iria assiná-lo para todas as federais. Assim sendo, a assinatura feita por eles não seria para todas as universidades. Era fato que, se a assinatura fosse em nível nacional, o preço iria diminuir muito. Se a Unicamp fizesse somente a sua adesão, o preço seria bem mais elevado. Perguntou se a Profa. Rachel tinha ouvido algo sobre aquele assunto. A **Sra. Presidente** respondeu que não tinha ouvido nada a respeito e pediu que ele encaminhasse aquela questão para a PRPG. O Conselheiro **Prof. Dr. Valentim Adelino Ricardo Barão** pediu a palavra e disse que achava que os agradecimentos aconteceriam mais no final da reunião, mas também gostaria de, enquanto FOP, e pessoalmente, agradecer à Profa. Rachel, o Prof. Elias, a Profa. Cláudia e demais membros da PRPG, por todo tempo de muito aprendizado. Falou que era muito fã da Profa. Rachel. Em sua opinião, ela como mulher, como líder de um cargo de tamanha expressão, realizava todas as funções com grande maestria e de uma forma tão limpa, tão clara e, ao mesmo tempo, tão suave. Em todas as reuniões da CCPG por ela presididas, nunca tinha havido um momento sequer de discussão agravado. Todas as reuniões foram sempre muito suaves e era sempre muito tranquilo delas participar. Afirmou que a Profa. Rachel e sua equipe iriam fazer muita falta. A **Sra. Presidente** agradeceu ao Prof. Valentim pelas palavras e disse que não iria fazer discurso, primeiro, porque a reunião ainda não tinha acabado e, segundo que discurso era igual a choro. Assim sendo, como não queria chorar, ela não faria nenhum discurso. A Conselheira **Profa. Dra. Nashieli Cecilia Rangel Loera** pediu a palavra e afirmou que, para ela, participar das

1 reuniões da CCPG também vinha sendo um aprendizado e a condução da Profa. Rachel
2 fazia tudo ser muito mais fácil. Agradeceu pelo trabalho desenvolvido pela Profa. Rachel e
3 disse que também iria aproveitar aquela reunião da CCPG para se manifestar sobre os
4 ataques que o IFCH tinha sofrido na última semana do mês de março e no dia 01 de abril.
5 Esclareceu que houve um acordo interno no IFCH que incentivou quem estava exercendo
6 algum tipo de cargo a se manifestar em espaços públicos sobre aqueles incidentes.
7 Enfatizou que aqueles não tinham sido ataques ao IFCH, mas à Unicamp. Não só o
8 vereador, mas todos aqueles que tinham participado daquelas provocações, tinham sido
9 muito específicos nos ataques. A parte do prédio da graduação, onde os alunos se
10 manifestaram, onde havia cartazes, intervenções culturais relativas a indígenas, negros e
11 pessoas trans foi alvo de ataques. O muro inteiro da graduação, que era cheio de fotos de
12 pessoas negras, tinha sido pintado de branco. Cartazes do movimento trans e de
13 manifestações de alunas indígenas foram arrancados. Sabia que não seria necessário
14 reiterar na CCPG, pois todos sabiam que o IFCH era um Instituto de referência, não só em
15 nível nacional, mas internacional. O curso de História era um dos mais procurados no
16 vestibular da Unicamp. O de graduação em Ciências Sociais estava sempre nos melhores
17 rankings internacionais. Sete dos programas de pós-graduação do IFCH eram PROEX.
18 Após ter feito um pequeno levantamento, constatou que havia colegas do Instituto atuando
19 em espaços de extrema importância na Unicamp. Citou como exemplo, a Profa. Rachel, na
20 Pró-Reitoria de Pós-Graduação, a presidência da Comvest e a Secretaria Executiva de
21 Direitos Humanos e o antigo SAE (DEAPE). Enfim, sabia que todos conheciam a
22 importância do IFCH, mas gostaria que sua manifestação constasse na Ata daquela
23 reunião. Queria deixar registrada também a tristeza que era ter pessoas interrompendo o
24 cotidiano de trabalho e de se ter a polícia dentro do campus. Os professores do IFCH
25 estavam com medo de ir trabalhar nos seus espaços, por saber que, em qualquer momento,
26 pessoas poderiam interromper seus trabalhos e chegar agressivamente, provocando-os.
27 Pediu para que fossem feitas conversas sobre aquelas ameaças também em outras
28 faculdades e institutos. Recentemente o IFCH tinha sido o alvo, por ter a ver com as
29 mobilizações que eram feitas a favor de minorias da sociedade brasileira, mas, na
30 realidade, era um ataque contra a Unicamp. Reiterou seu pedido de apoio a todos os
31 institutos e faculdades, porque, em sua visão, estavam, na verdade, atacando a Unicamp

1 e a universidade pública. Informou que, no dia anterior, tinha recebido a informação que
2 havia um projeto na Assembleia Legislativa de São Paulo para reverter as cotas trans. A
3 **Sra. Presidente** disse que tinha sido muito bom que a Profa. Nashieli tivesse mencionado
4 aquele assunto. No CONSU do dia anterior, houve várias manifestações. A diretora e vários
5 colegas do IFCH tinham se manifestado naquela oportunidade. Em sua opinião, desde o
6 governo anterior, o país tinha se tornado um caldeirão para manifestações radicais,
7 violentas e provocadoras de direita. O que o vereador Vinicius de Oliveira (Vini) tinha feito
8 no IFCH na semana anterior tinha sido um absurdo. Na semana seguinte, o medo estava
9 latente. Imaginava um professor dando aula à noite, para classes com 60 alunos, e, de
10 repente pessoas pediam para parar a aula e começavam aquela bagunça toda. O professor
11 não aguentava e chamava a polícia. Enfim, toda aquela situação não fazia sentido. Parecia
12 que a Câmara de Vereadores faria uma manifestação à tarde com relação àquele fato. A
13 Assembleia Legislativa tinha feito um projeto de lei para reverter a aprovação das cotas no
14 país. As cotas trans já existiam em dez universidades federais. No final do ano anterior,
15 salvo engano, a Universidade Federal de São Paulo também tinha aprovado aquela política.
16 Não tinha nada de ilegal naquele ato, tal como se colocava, mas era preciso, de fato, ter
17 uma articulação no mundo da política e nos movimentos sociais. Não tinha como fazer um
18 movimento sozinho. Em sua opinião, enquanto tivesse aquele movimento pela anistia dos
19 golpistas, tudo aquilo iria ser assunto e teria lugar para acontecer. A Unicamp era aberta e
20 fácil de nela entrar, e era bom que assim ela fosse. Era daquela forma que era para ser.
21 Disse que se lembrava que, anos atrás, na gestão do Prof. Dr. Hermano Tavares, tinham
22 sido colocadas grades em volta da universidade. Na época, tinha sido a maior bagunça. A
23 Unicamp nunca seria fechada. Não tinha como fechar a universidade, pois ela era uma
24 universidade aberta. Por ser aberta, nela tudo acontecia e tudo poderia acontecer. Por
25 aquele motivo, todos deveriam ficar alertas. Era bom que todos conversassem e se
26 manifestassem sempre que possível, contrariamente àquele tipo de ataque. Mudando de
27 assunto, disse que tinha se esquecido de falar sobre o Núcleo Interno de Ações Afirmativas.
28 Afirmou que PRPG tinha ajudado a implantação de cotas em vários programas. Mencionou
29 que, atualmente, 87% dos programas de pós-graduação já tinham implementado o sistema
30 de cotas. Aquela era uma porcentagem muito boa. Por conta da Instrução Normativa
31 002/2024 da CCPG, que sugeria a inclusão de duas vagas adicionais para os PCDs,

1 lembrou os presentes que a PRPG tinha adquirido, com recursos do Planes,
2 equipamentos voltados para os PCDs com deficiências visuais. Tinha sido comprado: uma
3 impressora braile, uma máquina de escrever em braile, lupas e um teclado ampliado. Na
4 medida em que um curso incorporasse algum aluno com dificuldade visual, os
5 equipamentos mencionados estariam disponíveis para utilização. Aquela era uma maneira
6 que a PRPG tinha encontrado para, minimamente, ajudar no processo de inclusão. A
7 Conselheira **Profa. Dra. Melissa Gurgel Adeodato Vieira** pediu a palavra e disse que tinha
8 alguns pontos que ela queria levantar. O primeiro deles era com relação ao que o colega
9 do Instituto de Economia tinha mencionado. No site do programa de pós-graduação da FEQ
10 era colocada a possibilidade, caso não houvesse nenhum aluno necessitando de bolsa no
11 programa, da autorização do acúmulo de rendimentos, caso ele estivesse relacionado ao
12 tema de tese. Citou como exemplo o caso de convênios. Muitos professores de sua unidade
13 tinham convênios e por eles conseguiam pagar um adicional aos seus orientados, mas
14 somente era autorizado se estivesse estritamente relacionado ao desenvolvimento da tese
15 ou da dissertação do aluno. Era diferente o caso de um aluno que quisesse ministrar aulas
16 em um lugar qualquer, e que aquela atividade pudesse, de fato, prejudicar o
17 desenvolvimento do trabalho dele. Cada caso era avaliado individualmente, mas partindo-
18 se do pressuposto que não havia nenhum aluno no programa necessitando de bolsa
19 naquele momento. Entretanto, das últimas solicitações de permissão de acúmulo, nenhuma
20 delas foi concedida, porque sempre havia aluno necessitando de bolsa. No início, era
21 permitido o acúmulo porque havia um número maior de bolsas, e vários alunos, na época,
22 não precisavam de bolsa, porque já tinham vínculo empregatício no mercado. Aquele era o
23 quadro atual. A CPG avaliava caso a caso e verificava se ele estava relacionado e se não
24 haveria prejuízo no desenvolvimento da tese do aluno. O outro ponto referia-se ao
25 comentário feito sobre as cotas PCDs. Afirmou que o programa de pós-graduação da FEQ
26 tinha feito sua adesão e já era o terceiro edital, salvo engano, que contemplava vagas para
27 candidatos PCDs. Parabenizou o EA2 que, junto com a DEAPE, vinha fazendo uma série
28 de workshops e cursos. O último deles tinha terminado na semana anterior e teve a duração
29 de três terças-feiras. Não se lembrava de ter visto outro coordenador de pós-graduação
30 naquele curso. A maioria dos participantes era da graduação. Afirmou que tinha participado
31 do curso por se tratar de um tema que muito a interessava. Versava sobre a inclusão não

1 só pessoas com deficiência, mas também de pessoas com transtornos, e de pessoas com
2 altas habilidades. Aquele tipo de aluno tinha direito a um plano de ensino individualizado.
3 Não sabia dizer quantos dos membros presentes sabiam elaborar um plano de ensino
4 individualizado, dependendo do tipo de deficiência do aluno, ou do tipo de transtorno, ou
5 mesmo se ele tivesse uma alta habilidade. Assim sendo, considerava que ações como
6 aquelas eram muito importantes. Em sua opinião, todos os coordenadores que tivessem
7 disponibilidade deveriam participar daquele tipo de curso. Com a implementação das cotas
8 para PCDs, cada vez mais a universidade iria receber pessoas que iriam precisar daquele
9 tipo de planejamento. Os professores não vinham participando daqueles cursos, mas eles
10 buscavam a coordenação para auxiliá-los. Considerava, então, que, pelo menos, os
11 coordenadores deveriam fazê-lo para terem uma noção de como elaborar, quando
12 necessário, um tipo de plano de ensino individualizado, que era preconizado na Lei de
13 Inclusão. Por último, disse que também gostaria de agradecer à gestão atual da PRPG.
14 Falou que o mandato dela como coordenadora da CPG da FEQ tinha começado no ano
15 anterior e, durante sua gestão, sempre que precisou de qualquer informação ou auxílio da
16 Pró-Reitoria de Pós-Graduação, a equipe tinha se mostrado sempre muito solícita. Desejou
17 sucesso a todos e afirmou que seria ótimo que eles se mantivessem na próxima gestão. A
18 **Sra. Presidente** agradeceu à Profa. Melissa e passou a palavra para o Prof. Daniel. O
19 Conselheiro **Prof. Dr. Daniel Albieiro** disse que voltaria à questão sobre a demanda do
20 SIC. Perguntou, considerando a solicitação feita pelo interessado, se era obrigatório que os
21 programas tivessem atas de seleção. Afirmou que não as faziam e, pelo que sabia, nunca
22 ninguém na FEAGRI as tinham feito antes. A **Sra. Presidente** respondeu que não era
23 obrigatório, pois a ata da seleção era o resultado divulgado. Nele constavam todas as
24 informações necessárias. Não era necessária uma ata mais formalizada. O Conselheiro
25 **Prof. Dr. Daniel Albieiro** agradeceu o esclarecimento e disse que gostaria de parabenizar
26 imensamente a Profa. Rachel e a toda equipe da PRPG. Afirmou que se sentiu muito
27 acolhido na CCPG. A PRPG, em nome da Senhora Presidente, realmente, tinha conseguido
28 atender todas as demandas de sua unidade, com muita eficiência, profissionalismo e muita
29 humanidade. Avisou que ele seria um daqueles que iriam falar com o alto staff atual para
30 que ela permanecesse no cargo. A **Sra. Presidente** agradeceu ao Prof. Daniel por sua
31 manifestação e passou a palavra para o Sr. Bruno Alves, diretor financeiro da PRPG, para

1 que ele passasse as informações sobre o Pró-Equipamento. O **Sr. Bruno Alves** informou
2 que o recurso não tinha vindo em sua totalidade. Segundo promessa da CAPES, o restante
3 da verba, que era da ordem de 16%, chegaria até o final do ano. Enviaria, naquele dia, aos
4 coordenadores de programa e às Secretarias das CPGs, um e-mail com as orientações
5 para o encaminhamento dos orçamentos para que a PRPG começasse a efetuar as
6 aquisições. Após um levantamento inicial, tinha percebido que alguns itens solicitados eram
7 comuns a mais de um programa. Tentaria reuni-los para fazer uma compra conjunta de
8 acordo com a disponibilidade e com a configuração de equipamento. Assim sendo, dentro
9 da possibilidade, a PRPG buscaria fazer aquela intermediação. Na medida em que as
10 compras fossem aprovadas, seriam encaminhadas novas orientações. Enfatizou que,
11 assim sendo, todos já podiam começar a pensar na organização para levantar os
12 orçamentos dos equipamentos solicitados. A Conselheira **Profa. Dra. Nashieli Cecilia**
13 **Rangel Loera** informou que sua unidade tinha 10 programas e 8 deles tinham se juntado e
14 feito um pedido coletivo. Perguntou se o e-mail por ele mencionado iria ser enviado para
15 cada um dos coordenadores ou para a coordenação da CPG. O **Sr. Bruno Alves**
16 respondeu que iria encaminhá-lo para quem tinha mandado o projeto. Acreditava que o e-
17 mail seria mais produtivo para quem já estivesse contextualizado no assunto. A Conselheira
18 **Profa. Dra. Nashieli Cecilia Rangel Loera** agradeceu o esclarecimento e informou que
19 somente o PPG em Ambiente e Sociedade tinha mandado separadamente. Em seguida, a
20 **Sra. Adriane Martins Soares Pelissoni** pediu a palavra e disse que estava representando
21 o Prof. Sávio Machado Cavalcante e a Profa. Joyce Melo Vieira naquela reunião e que
22 gostaria de dar dois informes. Um deles era que a PRPG tinha publicado uma Instrução
23 Normativa, segundo a qual todos os Programas dos Cursos de Pós-Graduação da Unicamp
24 seriam inseridos no Sistema Carreiras da DEAPE. Naquele sentido, informou a todos que
25 os estágios não obrigatórios remunerados para a pós-graduação já estavam contemplados
26 no Sistema Carreiras do DEAPE. Já havia um manual sobre aquela funcionalidade, mas a
27 DEAPE iria ter que fazer um esforço junto com a pós-graduação para melhor detalhá-lo.
28 Comentou que, atualmente, havia apenas cinco alunos da pós-graduação na Unicamp que
29 estavam realizando estágios não obrigatórios remunerados. Enfatizou que os estágios
30 teriam que ter vínculo com o projeto de pesquisa do aluno. Quanto ao procedimento,
31 esclareceu que, o pedido passava primeiro pelo DEAPE, e o coordenador do programa era

acionado, porque era ele que estava cadastrado no sistema. A partir daquele momento, internamente, o coordenador poderia chamar o orientador do aluno para conversar. Entretanto, quem iria autorizar o estágio no sistema seria o coordenador do programa. Afirmou que, em outras reuniões da CCPG, ela voltaria para detalhar melhor o fluxo do sistema para todos. O outro informe que ela gostaria de passar era sobre o curso mencionado anteriormente pela Profa. Melissa. Afirmou que vinha sendo muito produtiva a articulação feita entre os diferentes órgãos da universidade, como o EA2 e o DEAPE. Esclareceu que o DEAPE tinha um atendimento educacional especializado. Eles não faziam um plano de ensino, mas sim um plano adaptado. Para os alunos que tinham estratégias diferentes dos demais, a DEAPE já estava com o fluxo bem estabelecido com a DAC. A DEAPE ainda não tinha formalmente o número de alunos que iriam precisar de apoio na pós-graduação. Entretanto, no dia anterior tinha sido encaminhado um e-mail para todos informando que, se houvesse algum aluno que estivesse tendo aulas no CB ou no PB e o professor precisasse de apoio, por exemplo, para aplicar atividades avaliativas, a DEAPE poderia prestar-lhe auxílio. Havia um fluxo para aquele tipo de atendimento, mas somente para atender quem dava aula no PB e no CB. Era sabido que a demanda da pós era menor que a da graduação, mas o papel da DEAPE era compartilhar e interagir com todos. Eles não sabiam como fazer a adaptação em todas as disciplinas da Unicamp, mas sabiam quais estratégias poderiam ser adotadas para beneficiar exclusivamente aquele tipo de aluno. Assim sendo, o plano do DEAPE era um plano de estratégias, que seriam posteriormente adaptadas a partir do conteúdo. A pessoa com deficiência se adaptava à estratégia. O conteúdo era responsabilidade do professor. Jamais a DEAPE iria pedir para o professor mudar ou diminuir o conteúdo da disciplina, apenas falaria de uma possível mudança de estratégia. O aluno com necessidades especiais poderia melhor aprender com uma estratégia diferente. A **Sra. Presidente** agradeceu à Sra. Adriane e passou a palavra para a Profa. Márcia Azevedo de Abreu. A Conselheira **Profa. Dra. Márcia Azevedo de Abreu** disse que reforçaria o que muitos colegas já tinham falado e o quê os que não tinham se inscrito também gostariam falar. Afirmou que a gestão da Profa. Rachel tinha sido muito legal. Sempre foi agradável participar das reuniões da CCPG e agradeceu a forma como todos da equipe ajudaram a todos. Disse que, por ser como a Profa. Rachel, se ela tivesse que se despedir, choraria. Assim sendo, propôs que todos fizessem uma salva de palmas

1 para ela. Todos aplaudiram a Profa. Rachel. A **Sra. Presidente** agradeceu e disse que, se
2 chorasse, a culpa seria da Profa. Márcia. Afirmou que era muito agradável trabalhar na pós-
3 graduação, primeiro porque ela caminhava sozinha. A pós-graduação era um lugar de
4 excelência, que tinha grande parte das suas atividades e de seu fluxo estabelecido.
5 Somente era necessário cuidar para que ela o seguisse. Todos tinham acabado de fazer
6 uma avaliação. A PRPG tinha colaborado no que tinha sido possível e acreditava que todos
7 tinham feito das tripas coração para que ela fosse bem colocada. Achava que os programas
8 não somente se manteriam, como esperava que aumentassem as suas excelências, que já
9 eram grandes. Afirmou que era muito bom estar na pós-graduação. Todos eram muito
10 agradáveis e faziam bons comentários, brincadeiras e tinham bom humor e para ela tudo
11 aquilo era fundamental e muito positivo. Disse que considerava que em sua gestão tinha
12 realizado muitas ações. Iria lembrar os presentes de algumas delas, para que elas ficassem
13 registradas. Na CEPE do dia anterior, foi aprovada a inclusão da possibilidade da defesa
14 póstuma no Regimento da Pós-Graduação. Era o reconhecimento da importância do
15 período que um aluno passava na Unicamp, de todo o trabalho por ele desenvolvido e que,
16 de repente, por uma fatalidade, ele falecia e deixava de defendê-lo. A família do falecido,
17 naquele caso, poderia fazer uma celebração, enfim, uma homenagem póstuma. Também
18 tinha sido aprovada a extensão do prazo do credenciamento dos docentes nos programas
19 de pós-graduação, que passou a ser de quatro anos. Na última reunião do CONSU também
20 tinha falado sobre algumas realizações ocorridas durante seu mandato. Não iria elencá-las
21 naquele momento, porque sua fala tornar-se-ia um discurso. Ao longo dos quatro anos de
22 sua gestão, foram criados quatro cursos de pós-graduação: doutorado em Divulgação
23 Científica e Cultural, doutorado em Engenharia de Produção e Manufatura, doutorado
24 profissional em Ensino de História - ProfHistória, e mestrado em Educação para Profissões
25 da Saúde. Naquele período também tinham sido trazidos para dentro da pós-graduação os
26 cursos *Lato Sensu* oferecidos pelos programas de pós-graduação. Vinte e um cursos novos
27 estavam, atualmente, dentro da pós-graduação. Aquele era um tipo de atividade de ensino
28 que estava sendo oferecido por várias unidades, como por exemplo, pelo Instituto de
29 Economia, pela Faculdade de Ciências Aplicadas e pela Faculdade de Ciências Médicas.
30 Finalizando sua fala, reafirmou que foi um prazer trabalhar os últimos quatro anos como
31 Pró-Reitora de Pós-Graduação. Agradeceu a todos e em especial a equipe da PRPG.

1 Afirmou que todos eram excelentes profissionais. A **Sra. Juliana Cristina Brandão** lembrou
2 aos presentes que seria necessário realizar uma reunião extraordinária da CCPG para a
3 indicação do novo pró-reitor, que seria o novo presidente da CCPG. Ainda não tinha como
4 prever a data daquela reunião, porque iria depender da agenda do novo reitor, mas, assim
5 que possível, iria encaminhar um e-mail convocando-os. Pediu para aqueles que não
6 pudessem comparecer indicarem alguém que os representasse para não haver problema
7 com o quórum. A **Sra. Presidente** esclareceu que o mandato do Prof. Dr. Antônio José de
8 Almeida Meirelles (Prof. Tom Zé) terminaria no dia 17 ou 18 de abril. Entretanto, o mandato
9 dos pró-reitores somente terminaria depois que o novo reitor tomasse posse e convocasse
10 o CONSU para a designação dos novos membros de sua equipe. Explicou que,
11 primeiramente, ele iria fazer a indicação do novo Pró-Reitor de Pós-Graduação para a
12 CCPG e depois levaria o referido nome para ser homologado pelo CONSU. Assim sendo,
13 acreditava que, provavelmente, tudo aquilo não aconteceria até o fim do mês de abril.
14 Continuará seu trabalho na PRPG naquele período e afirmou que seria um prazer receber
15 os coordenadores para juntos tomarem um café e se despedirem. Agradeceu novamente a
16 todos e, não havendo mais nenhuma manifestação, nenhum comunicado ou aviso
17 agradeceu a presença de todos, declarando assim por encerrada a Reunião da Comissão.

NOTA: A presente Ata foi aprovada na 427ª Reunião Ordinária da CCPG, realizada em 13 de agosto de 2025.
